

# REVISTA DO CRP-03

4ª EDIÇÃO - AGOSTO 2020

## Psicologia, Políticas Públicas e Pandemia: Vulnerabilidades e desigualdades sociais

**Precarização do  
trabalho é desafio  
para psicólogas/os**

**CFP publica resolução com  
regras para a elaboração de  
documentos escritos produzidos  
pela/o psicóloga/o**

**Saiba o que mudou no  
CRP-03 com a pandemia  
do novo coronavírus**

**Conheça as/os  
conselheiras/os  
do XVI Plenário**



Conselho Regional  
de Psicologia

3ª REGIÃO - BA

## Editorial

Apresentamos às psicólogas e aos psicólogos de todo o território baiano, a 4ª edição da Revista do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03). Esta edição marca o início de uma gestão do Coletivo Psicologias em Movimento à frente da autarquia profissional da categoria das/os psicólogas/os baianas/os, na qual reafirmamos o nosso mote de "Movimentar as Psicologias nos quatro cantos da Bahia".

Nesta gestão, as revistas do CRP-03 serão digitais e suas publicações terão periodicidade semestral. Na publicação atual, destacamos a importância do fazer da Psicologia nas Políticas Públicas. Estes movimentos psis no campo das políticas públicas são permeados de inúmeros desafios, a exemplo da pandemia de COVID-19, que modificou todo o cenário de relações no mundo e dos fazeres profissionais das/os psicólogas/os. As especificidades da territorialidade baiana e a conjuntura política e de saúde que vivenciamos geram reflexos específicos na atuação da Psicologia, nos fazendo lidar com significativas perdas de direitos e crescentes violações aos Direitos Humanos, geradoras de sofrimento psíquico, adoecimento físico e morte. Como profissão comprometida com a transformação social, precisamos estar em constante movimento e em defesa da

garantia dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, demarcando a importância da nossa profissão para o cenário atual e, após ele, nas diversas formas de inserção e atuação no escopo das Políticas Públicas. Para tanto, o compromisso do CRP com a sua função de orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão segue firme e em contínua execução, tudo isso com o foco permanente nos Direitos Humanos.

Nesta edição, você vai conhecer a atual gestão do CRP-03, saber mais sobre resolução que institui regras para a elaboração de documentos, informar-se a respeito da Comissão de Interiorização, terá dicas de leitura com a temática das políticas públicas, entre outros assuntos que são de relevância para a categoria.

Convidamos a todas/os para que conheçam, acompanhem e participem das ações da atual gestão, seguindo também as nossas mídias e navegando em nosso site.

**Boa leitura!**

**XVI Plenário do CRP-03 (2019-2022)**

**Gestão Psicologias em Movimento**



# Índice

<b>Entrevista</b> .....	<b>Pág 04</b>
Fernanda Rebouças Maia Costa	
<b>Relato de Experiência</b> .....	<b>Pág 06</b>
Silier Andrade Cardoso Borges	
<b>Precarização do trabalho é desafio para psicólogas/os</b> .....	<b>Pág 08</b>
<b>COF: Resolução CFP nº 06/2019 - O que você precisa saber</b> .....	<b>Pág 11</b>
<b>Biblioteca</b> .....	<b>Pág 12</b>
<b>Comissão de Interiorização COMINTER nas sete regiões da Bahia</b> .....	<b>Pág 13</b>
<b>Psicologia, Políticas Públicas e Pandemia:</b>	
<b>Vulnerabilidades e desigualdades sociais</b> .....	<b>Pág 16</b>
<b>Informes</b> .....	<b>Pág 21</b>
<b>Conheça o XI Plenário do CRP-03</b> .....	<b>Pág 25</b>

## Expediente

**Conselheiras/os: Presidente:** Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280), **Vice-presidenta:** Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210), **Tesoureiro:** Mailson Santos Pereira (CRP-03/7767), **Secretária:** Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427).

**Demais conselheiras/os:** Adelvan Alcântara Lima Filho (CRP-03/12187), Álvaro Pinto Palha Junior (CRP-03/17376), Ana Caroline Moura Cabral (CRP-03/5541), Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680), Atanael Ribeiro da Silva Weber (CRP-03/13293), Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600), Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974), Eurisa Maria de Santana (CRP-03/835), Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/9946), Gabriela Matos Borges (CRP-03/8947), Ivana Ventura da Silva (CRP-03/3494), Jaqueline Anjos Silva (CRP-03/8481), Jacilânia Rodrigues Barros (CRP-03/5665), José Costa dos Santos (CRP-03/7479), Leísa Mendes de Sousa (CRP-03/3977), Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621), Regiane Lacerda Santos (CRP-03/11508), Rogério da Silva Abílio (CRP-03/3208), Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228), Washington Luan Gonçalves de Oliveira (CRP-03/18055) e Wendell Santana Ferreira (CRP-03/12901). **Comissão Editorial:** Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427) e Washington Luan Gonçalves de Oliveira (CRP-03/18055). **Jornalistas responsáveis:** Donminique Azevedo Santos (DRT/BA:4704) e Gabriela Bastos (DRT/BA:3360). Versão on-line no site [www.crp03.org.br](http://www.crp03.org.br). **Diagramação:** Abrasivo Digital Stúdio. Edição 04, Revista do CRP-03. Todos os direitos desta edição reservados ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com Sede na Rua Prof. Aristides Novis, 27, Federação, Salvador - BA. Subsedes em Feira de Santana, na Avenida Senhor dos Passos, 935, Centro, Centro Comercial CARMAC e em Vitória da Conquista, Praça Presidente Tancredo Neves, 86, Edifício Conquista Center, 3º piso, sala 53, Centro. Escritório de Apoio em Itabuna na Avenida Princesa Isabel, Ed. Trade Center, 1º andar, sala 114, São Caetano.

## Entrevista

A entrevistada desta edição da Revista do CRP-03 é a psicóloga Fernanda Rebouças Maia Costa (CRP-03/05468). Fernanda integra uma equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família que atua nos territórios do Garcia e da Federação há seis anos e meio. A psicóloga dividiu um pouco de sua experiência e trouxe questões importantes sobre as práticas em políticas públicas.



### 1. O que é o NASF, quais são seus objetivos e como são constituídas as suas equipes?

O NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica) se constitui como uma equipe multiprofissional, composta por diversas categorias, que visa oferecer retaguarda assistencial e suporte técnico pedagógico, em geral, às Equipes de Saúde da Família. Desde, a publicação da Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017, esse apoio foi ampliado para Unidades Básicas de Saúde, o que tira da gestão o incentivo para implantar a Saúde da Família enquanto reorganização da Atenção Primária e precariza o princípio do trabalho compartilhado sobre um território de abrangência. O objetivo dessas equipes é ampliar o escopo da atenção e a resolutividade da Atenção Básica, qualificando o cuidado ofertado e trabalhando em rede. Têm, então, como objeto do seu trabalho a comunidade e as equipes de referência. As categorias que constituirão os NASFs variam a cada município, ficando a cargo da gestão definir, a partir de critérios epidemiológicos e sanitários, quais núcleos profissionais são mais relevantes. Em Salvador, as equipes são constituídas por psicóloga, nutricionista, professora de educação física e assistente social (profissionais com 40 horas de carga horária), além de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional (profissionais com 20 horas de carga horária).

### 2. Neste sentido, como você avalia a relação com outras/os profissionais?

O trabalho pautado no cuidado compartilhado e interdisciplinar é uma construção diária, demandando das/os profissionais abertura e disponibilidade ativa. Isso porque a troca de

saberes deve ser horizontal, não havendo um conhecimento mais importante do que o outro, o que vai contra a lógica do poder biomédico. A partir da construção de diretrizes clínicas e sanitárias que considerem todas/os as/os envolvidas/os no projeto de cuidado, principalmente a/o usuário/a e sua rede de apoio, o cuidado vai se dando de maneira conjunta, com definição de responsabilidades e atribuições para cada pessoa envolvida. Esse não é um processo simples, pois envolve a subjetividade de todas/os da equipe, a complexidade das relações e a significação dada ao trabalho. Após 6 anos nessa equipe, avalio que avançamos bastante em relação a esse ponto e temos uma relação de apoio bem consolidada, mas sempre com seus diversos desafios.

### 3. Em relação à promoção da saúde, quais práticas podem ser consideradas bem sucedidas com a população?

No eixo da promoção da saúde é importante pensar em práticas que concebam a saúde de maneira ampliada, aproximando a ideia de qualidade de vida das experiências e concepções da comunidade. Existem as atividades educativas realizadas na sala de espera, que são espaços potentes para abordar diversos temas de interesse da população e discutir ideias, além das ações nos espaços da própria comunidade, como terreiros de candomblé, escolas e associação de moradoras/es. Os grupos de convivência também se constituem em importantes oportunidades de promoção de saúde, ao que destaco os grupos de idosas e de atividade física. Os grupos que visam a escuta terapêutica não deixam de ser espaços de promoção de saúde,

pois embora algumas pessoas estejam em sofrimento, outras frequentam o espaço apenas pelo efeito potente de estar com o outro. De forma geral, entendo que a lógica de trabalho da equipe NASF tem a promoção de saúde como eixo norteador, pois a autonomia do usuário, o vínculo e a construção conjunta de estratégias produtoras de vida devem estar presentes em todas as suas ações.

#### **4. Pode nos contar alguma experiência sua com essas ações?**

Uma das ações que achei mais interessantes nesse aspecto foi um levantamento dos equipamentos sociais do bairro, realizado por mim em parceria com minha equipe NASF, as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e as estagiárias de Psicologia da UFBA. Através do diálogo com as ACS, levantamos todos os locais que promoviam algum tipo de ação em relação a esporte, lazer, assistência, religião, entre outros. Esse processo foi bem interessante, pois fez com que a unidade de saúde se aproximasse dos equipamentos, o que abre inúmeras possibilidades de parceria para ações coletivas, mobilização comunitária e projetos terapêuticos mais coerentes e qualificados. Agora na pandemia, por exemplo, estamos desenvolvendo uma série de vídeos curtos sobre temas diversos que têm sido divulgados pela comunidade, como uma forma de chegar até as pessoas num momento de distanciamento social, e as/os líderes comunitárias/os têm sido grandes parceiras/os.

#### **5. Quais os desafios para essa atuação e como a Psicologia pode contribuir, como ciência e profissão, para esta política de saúde?**

Desafios não faltam nessa prática! Há um grande número de pessoas na comunidade em sofrimento, com necessidades complexas de saúde e faz parte do cotidiano do trabalho desconstruir a identificação do atendimento individual e personalizado na Psicologia como única possibilidade de intervenção, desafio também enfrentando pelas outras categorias profissionais. Enquanto apoiadoras, lidamos com resistências e movimentos diversos nas equipes, sendo sempre necessário apurar o olhar e a escuta para conseguir construir um equilíbrio entre o que desejamos fazer e o que a comunidade precisa. Além disso, lidar com saúde de populações, em geral, vulneráveis, é lidar todo o tempo com a nossa impotência frente aos problemas apresentados, o lugar do não saber, a expectativa de que sejamos especialistas e a complexidade que é defender uma saúde pública e de qualidade num momento em que a mercantilização e o pensamento liberal estão a todo vapor. Certamente, uma Psicologia criticamente localizada pode contribuir em todas as questões apresentadas, pensando a abordagem da subjetividade (seja da comunidade ou das equipes) como algo que vai muito além do intrapsíquico,

sendo relacional e social. Além disso, a Psicologia pode ajudar a desmistificar a cura ou remissão total de sintomas como ideal a ser alcançado e contribuir para a reflexão das implicações subjetivas da profissional em cada família atendida.

#### **6. O Ministério da Saúde publicou a nota técnica Nº 3/2020-DESF/SAPS/MS de 28/01/2020 que acaba com a obrigatoriedade de as equipes multidisciplinares estarem vinculadas ao modelo do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Como tem sido os trabalhos diante desse cenário?**

Para a atuação em Salvador, ainda não sentimos mudanças efetivas na nossa composição nem na nossa atuação, embora as equipes de referência desde o fim do ano passado já estejam sofrendo os efeitos da exigência de metas que destoam um pouco da lógica da Saúde da Família, como, por exemplo, o cadastro de um número muito maior de famílias. Considero que ainda não foi possível avaliar de fato, pois em março já sentimos de maneira radical os efeitos da pandemia para o nosso trabalho. Então, toda a Secretaria de Saúde tem estado voltada para o desenvolvimento de ações nesse sentido. Entretanto, em municípios menores, ouvimos muitos rumores de intenção de desfazer as equipes NASF. Sabemos que corremos esse risco e isso gera uma instabilidade permanente de como ficaremos quando essa "avalanche" acalmar, -se o que não deixa de adoecer as trabalhadoras. Caso o desmonte se efetive, não tenho dúvida que será uma perda gigantesca para a população e, certamente, para as profissionais identificadas com a saúde coletiva e a Atenção Básica. Mas, como ouvimos ser o melhor a se fazer na pandemia (e talvez na vida), temos vivido um dia de cada vez, desafio por desafio.



## Relato de Experiência

### Qual é mesmo o seu *quefazer*? Relatos de um Psicólogo no SUAS feito na rua.

Convido você a percorrermos juntas/os a história de Querino. Acreditamos que essa história-encontro pode nos oferecer subsídios para pensar o “*quefazer*”<sup>1</sup> da Psicologia em contextos de precarização da Proteção Social, do conjunto dos serviços públicos e das vidas subalternizadas, vividas nos espaços públicos, à procura do inédito viável<sup>2</sup> e do fazejamento de cidadanias possíveis.

Querino<sup>3</sup>, homem negro, meia idade, dois filhos, vínculos familiares fragilizados e rompidos, consumidor prejudicial de álcool, usuário de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de um município da Região Metropolitana de Salvador/BA. Com frequência buscava o Centro POP relatando que seus documentos haviam sido furtados e descrevendo um longo imbróglio que o impedia de retirar seu RG: alguém de posse indevida dos seus documentos, se passara por ele junto à Secretaria de Segurança Pública. Verdadeiro itinerário entre SAC, delegacia, Instituto Pedro Melo. Éramos poucos: um Psicólogo, uma Assistente Social e alguns poucos educadores sociais, compondo a “*equipe*” de um município de quase trezentos mil habitantes para acompanhar, no limite do impensável, toda a população em situação de rua.

**Nome:** Silier Andrade Cardoso Borges  
**CRP:** (CRP-03/11913)  
**Cidade:** Teixeira de Freitas - BA

Psicólogo (CRP-03/11913), professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Mestre em Saúde Comunitária e doutorando em Saúde Pública (ISC/UFBA), especialista em Saúde Coletiva (UFBA) e especialista em saúde mental (UCSAL). Tem experiência como técnico de referência junto aos equipamentos da Proteção Social básica e especial do SUAS.

Querino, certa feita, nos buscou para falar que estava com dificuldade de engolir. Prontamente nos articulamos com a Unidade de Saúde da Família parceira do território para viabilizar seu acompanhamento. Marcamos sua consulta com a equipe, nos dispoño a mediar os exames a serem solicitados com a central de regulação, como fazíamos, considerando a urgência que a rua convoca. Soubemos, poucos dias depois, por um outro usuário que Querino estava internado no hospital geral. O usuário também nos explicou que alguém se aproximou do “*sindicato*” e que havia oferecido álcool com soda cáustica. Sindicato é a expressão utilizada para se referir a grupos de colegas que compartilham experiências de rua e consomem álcool, evitando assim a discriminação decorrente da socialização com outros grupos consumidores menos estigmatizados.

Foi uma luta. Querino desenvolveu o fechamento da traqueia, não conseguia nem se alimentar ou beber água e estava mantido com soro fisiológico. Tivemos que convencê-lo a permanecer no hospital - mesmo assistido precariamente em um leito de corredor, sabíamos que Querino morreria se retornasse às ruas.



<sup>1</sup> Conceito proposto pelo Ignacio Martín-Baró (1997) que se refere à tarefa, à práxis da qual as Psicólogas são indagadas ou desafiadas a fazer.

<sup>2</sup> Conceito do Paulo Freire (1987) que longe de representar a utopia ingênua, nos convoca como trabalhadoras de um futuro a ser construído.

<sup>3</sup> Nome fictício, em alusão à Manuel Querino (1851-1923), importante intelectual negro, desenhista, pintor, arquiteto, historiador e político abolicionista baiano.

O acompanhamento do caso exigiu uma boa dose de empréstimo de “poder contratual”, por meio da mediação simbólica na relação com médicas/os e enfermeiras/os para que Querino pudesse compreender o seu caso, através da tradução dos saberes sociotécnicos.

Querino nos garantiu que permaneceria. Agimos. Descobrimos em seu prontuário antigo, o endereço de familiares: precisávamos viabilizar que a recuperação de Querino acontecesse em casa. Entre idas e vindas, escutamos mãe, irmão, pai, sogra... soubemos de histórias de vínculos familiares fragilizados e rompidos, em função de sucessivos abandonos parentais, histórias de furtos, brigas, desentendimentos. O pai havia visto Querino internado no hospital por acaso, mas os descaminhos entre os dois impossibilitaram qualquer reaproximação. Entre envio de ofícios, visitas, pactuações e escuta às subjetividades que pediam passagem à favor da reconstrução dos vínculos, e com o apoio de uma inusitada senhora (que se revelou importante liderança comunitária), foi sua mãe quem com ele reatou os laços rompidos, com o apoio do seu irmão (algumas vezes mediamos o transporte deles para o hospital), estabelecendo uma nova maneira de conviver.

Em sua saída do hospital, Querino restabeleceu nova relação com o álcool, com a mãe, com o irmão e, soubemos depois, com a ex-companheira e filhos. Querino permanece em busca de sua identidade.

O Caso Querino nos desafia a pensar, nos dizeres de Ignácio Martín-Baró (1996), que o trabalho da/o psicóloga/o deve definir-se em função das circunstâncias concretas da população. Trata-se da construção cotidiana de uma Psicologia que, implicada na conscientização como horizonte de seu *quefazer*, vê-se fazedora do trabalho de desalienação de si e do Outro, comprometida com uma práxis que, no limite, assume a perspectiva das maiorias populares subalternizadas através de mecanismos históricos reprodutores das desigualdades estruturais.

Acrescentamos que se trata da tarefa colocada para todas as técnicas que atuam em defesa de direitos sociais, aí incluídas - mas não apenas - aquelas que atuam no escopo do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Se de um lado a atenção psicossocial nos demanda disponibilidade para o empréstimo de poder contratual (TYKANORI, 2016), de outro nos exige a descolonização da Psicologia, a favor de um trabalho clínico-político que reconheça os impactos do racismo nas subjetividades negras (VEIGA, 2019), enquanto fenômeno estrutural efetuado pela omissão, inação ou fragilização de serviços públicos destinados aos vulneráveis.

Precisamos de um SUAS desinstitucionalizado<sup>4</sup> e feito na rua. Assim, pergunto: qual é mesmo - ou a serviço de quem está - o seu *quefazer*?

## Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, Jun. 1997. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso).

TYKANORI, Roberto Kinoshita. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, Ana Maria Fernandes. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 69-74.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-

---

<sup>4</sup> Não no sentido de sua desinstitucionalização normativa, mas enquanto conjunto de práticas que se exercem fora dos muros institucionais, através do fazer clínico-político desempenhado no contexto da rua, onde a vida acontece em suas multiplicidades.

## Precarização do trabalho é desafio para psicólogas/os

Carga horária e remuneração ainda são as reivindicações mais frequentes feitas pelas/os profissionais de Psicologia.



A relação entre sociedade e trabalho ainda é tema de importantes discussões, principalmente diante do atual cenário mundial, com a pandemia do novo coronavírus. Este acontecimento evidenciou ainda mais, questões sobre condições de trabalho, no que diz respeito aos direitos trabalhistas, carga horária e remuneração. A precarização do trabalho já era, antes disso, uma realidade para boa parte de psicólogas e psicólogos, nos âmbitos público e privado, se tornando um dos principais desafios para a atuação profissional.

É importante levar em conta que a precarização do trabalho pode acontecer por meio de diversos aspectos. Segundo a Tesoureira do Sindicato dos/as Psicólogos/as da Bahia (SINPSI-BA), Iana Oliveira da Silva Aguiar (CRP-03/16763), um deles diz respeito à remuneração não justa diante da formação e da atuação, além disso, existem as relações de trabalhos ou vínculos que não garantem a seguridade social e os direitos às/aos profissionais. "Por exemplo, quando existe uma/um profissional da Psicologia que atua vinculada/o à uma clínica, sem nenhum tipo de contrato ou acordo firmado documentalmente, com assinatura de testemunhas, tem-se um acordo, como dizemos popularmente, "de boca". Logo, esta/e profissional encontra-se em uma situação na qual não está segura/o de que esse acordo será honrado. Sendo assim, a relação se dá a partir de uma precarização, pois o ideal seria que esta/e profissional estivesse vinculada/o a partir da CLT e com os seus direitos trabalhistas garantidos", pontuou Iana. A integrante do sindicato também trouxe como exemplo, o fato de que existem contratos realizados através de recibos, nos quais a/o profissional não

possui garantidos os custos com o transporte e alimentação. Nesse caso, a carteira de trabalho não é assinada, não há garantia de férias, direito ao décimo terceiro salário e não há possibilidade de fazer parte de um plano de saúde.

Com a Psicologia inserida em diferentes contextos, as condições de trabalho também são diversas. Para Iana, a não instituição de um piso salarial é um dos principais pontos a serem levantados já que, ainda hoje, muitos concursos públicos com vagas para psicólogas/os insistem em oferecer uma remuneração muito abaixo do que é pleiteado pelo sindicato. Além disso, alguns retrocessos como as reformas trabalhista e da previdência contribuíram para a precarização dos vínculos. "A terceirização e as reformas trabalhista e previdenciária afetam o conjunto das/os trabalhadoras/es e com as/os profissionais da Psicologia não é diferente. Isto porque estas/es têm atuado na condição de terceirizadas/os fazendo com que esses contratos sejam realizados sem nenhum tipo de direito trabalhista que assegure o seu vínculo e a construção de uma carreira, além de sofrerem constantemente atraso de salário. A reforma trabalhista coloca tais profissionais em condições nas quais os direitos adquiridos, a partir da CLT, deixem de existir facilitando aspectos como a demissão delas/es. A reforma da Previdência não retirou apenas os direitos previdenciários, mas também a Seguridade Social, dificultando a aposentadoria e ganhos adicionais por insalubridade, por exemplo, além de obrigar a/o profissional a trabalhar por mais tempo, para conseguir se aposentar em condições que reduzem muito o valor da aposentadoria", afirmou a psicóloga.

Diante de tantos desafios encontrados pela categoria, a tesoureira do SINPISI-BA apontou que as principais reivindicações são a instituição de um piso salarial, redução da carga horária de trabalho para 30 horas sem redução salarial, condições dignas de trabalho, melhor repasse por atendimento feito via plano de saúde, concursos públicos com salários justos e a não retirada de outro direitos. A partir destas demandas, o SINPISI-BA atua em diálogo constante com sindicatos patronais, na construção de Convenções Coletivas de Trabalho que podem garantir os direitos de psicólogas/os. "Nossas lutas estão atreladas à defesa das políticas públicas, onde uma parte significativa da categoria atua. Atuamos no diálogo com parlamentares para a construção de leis que estejam alinhadas com a valorização da profissão e a valorização da categoria", afirmou a psicóloga.

### Trabalho na Pandemia

Com a pandemia do novo coronavírus, as questões relacionadas à precarização do trabalho ficaram ainda mais expostas e muitas ações foram realizadas para agravar ainda mais esse problema. O Governo Federal autorizou as reduções de carga horária e salário. É possível também que os contratos de trabalho sejam suspensos. De acordo com Lana Aguiar, o sindicato tem acompanhado todo esse processo e informado à categoria sobre os seus direitos, além de disponibilizar o jurídico da instituição para auxiliar as/os profissionais que chegam com demandas.

O SINPISI-BA também moveu ações para que as/os trabalhadoras/es da Psicologia tivessem os equipamentos de proteção individual (EPIs) garantidos. A escassez desses equipamentos é recorrente em todo país. Dados da Associação Médica Brasileira (AMB) mostraram que, até meados de junho, 3.782 reclamações foram registradas sobre a falta de equipamentos para profissionais que estão na linha de frente do combate contra a COVID-19.

**Fale com o Sindicato:** [sinpsibahia@gmail.com](mailto:sinpsibahia@gmail.com)

### O Conselho e a articulação sindical

No final de 2019, o Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) criou o Grupo de Trabalho de Psicologia e Articulação Sindical (GTPAS) com o objetivo de fortalecer a parceria entre autarquia e sindicato, através de articulação, visando socializar experiências, integrar as/os profissionais e refletir sobre as ferramentas de intervenção nas pautas trabalhistas.

Segundo a conselheira Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974), o GT surgiu a partir das dificuldades em avançar nas pautas trabalhistas, dificuldade de aproximação da categoria com o SINPISI-BA e do aumento crescente de terceirização dos serviços. "A pauta sindical sempre foi trazida pela categoria nos diversos espaços de diálogos sobre o exercício profissional. Por muitas vezes, era necessário explicar as atribuições de Conselho e Sindicato", comentou a conselheira.

Neste sentido, Catiana explica que o Conselho avalia as condições de trabalho que se relacionam com o exercício profissional, vinculado às condições éticas sobre prestação de serviços de qualidade. Já as demandas trabalhistas são direcionadas ao SINPSI, pois são questões a respeito de jornada de trabalho, piso salarial, contratos terceirizados, desvio de função, concursos públicos, repasse de percentual de clínicas e etc. "Nossa luta enquanto Conselho Regional é para garantir que esta/e profissional tenha acesso às informações sobre as diversas formas de precarização que as/os impactam e em quais locais elas/es podem buscar auxílio para assuntos trabalhistas. É importante sinalizar que buscamos sempre orientar gestoras/es municipais sobre a necessidade de valorização da/o profissional de Psicologia e suas especificidades éticas para os diversos campos de atuação nas políticas públicas, como também as flexibilizações de serviços voluntários que, em alguns contextos, caracterizam esta precarização", falou Catiana.

Fale com Grupo de Trabalho de Psicologia e Articulação Sindical (GTPAS) pelo e-mail: [gtpas@crp03.org.br](mailto:gtpas@crp03.org.br)



## Psicologia Organizacional e do Trabalho

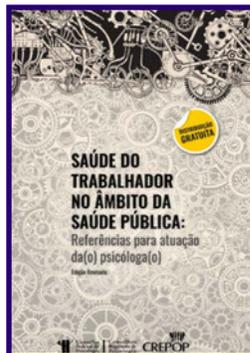
“Considerando o trabalho como uma dimensão que produz subjetividade e integra o indivíduo como sujeito social, é adequado refletir sobre as condições de trabalho e o quanto este processo pode afetar aspectos da saúde, do psíquico, bem como das relações sociais”, falou a coordenadora da Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP-03, Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600). Na opinião de Carolina, os seres humanos são diversos e toda essa diversidade deve ser contemplada nos processos de trabalho: “É importante salientar o papel do Estado como agente fundamental na garantia da igualdade e é necessário refletir sobre o compromisso social no fazer profissional”.

Levando em conta que o campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) no Brasil tem apresentado avanços significativos dentro da sua área de atuação, é possível relacionar alguns pontos de desenvolvimento necessários para um entendimento amplo das atribuições da Psicologia do trabalho no Brasil. Segundo a psicóloga, aspectos relacionados as áreas da Psicologia como, ausência de conhecimento da atribuição de cada prática, e opiniões divergentes que desconsideram a relevância da atuação nas organizações e no trabalho, são impeditivos para que a prática ganhe mais notoriedade em detrimento das outras áreas da psicologia. Deste modo é importante continuar produzindo reflexões para atuação da POT no atual contexto do cenário nacional, onde novas formas de estruturação e reestruturação do mundo do trabalho têm se configurado. “Contudo a área precisa, de fato, de um olhar mais sensível dentro da Psicologia, pois falar de trabalho e organizações é o mesmo que falar de saúde, educação e desenvolvimento humano. É pensar no sujeito de forma sistêmica”, disse Carolina.

Fale com a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo e-mail: [compt@crp03.org.br](mailto:compt@crp03.org.br)

## Materiais de referência

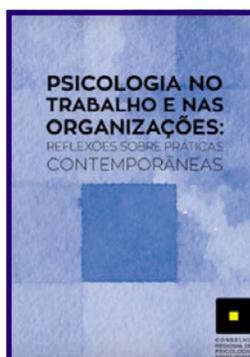
O CRP-03 reuniu alguns materiais interessantes do Sistema Conselhos de Psicologia sobre a temática do trabalho. Confira:



O documento apresenta as possibilidades de atuação da Psicologia no âmbito da Saúde do Trabalhador, atentando-se para as relações de poder existentes no mundo do trabalho na contemporaneidade.

**Disponível em:**

<https://site.cfp.org.br/>



A publicação também é do CRP de Minas Gerais e possui artigos sobre Psicologia e coaching, inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, inserção de psicóloga/o recém formada/o, entre outros.

**Disponível em:**

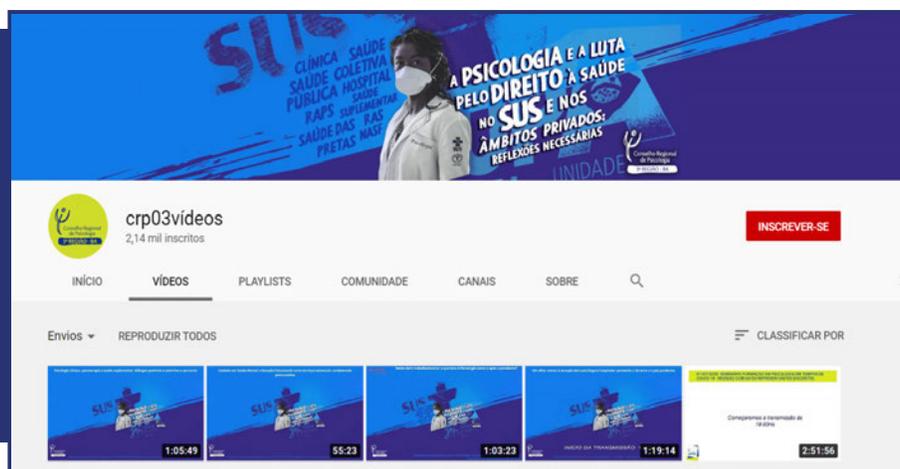
<https://crp04.org.br/>



Livro do CRP de Minas Gerais que traz a saúde da/o trabalhadora/or como ponto central levantando questões como segurança e sofrimento no trabalho.

**Disponível em:**

<https://crp04.org.br/>



No canal do Youtube do CRP-03 você pode assistir lives e eventos gravados com os temas: Reestruturação do trabalho em tempos de pandemia, Direitos e lutas trabalhistas em tempos de COVID-19, Saúde da/o profissional em contextos de pandemia, Diálogos com a Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia e Trabalho: dialogando sobre a inserção de pessoas Trans e Travestis, entre outros.

# COF: Resolução CFP nº 06/2019

## O que você precisa saber

Ano passado, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução CFP nº 06/2019 que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela/o psicóloga/o no exercício profissional. A publicação, que pretende apresentar diretrizes para a categoria, além de garantir maior uniformidade e qualidade na produção dos documentos, revoga as Resoluções CFP nº 15/1996 e 07/2003 e substitui a Resolução CFP nº 04/2019.

O principal ponto disposto no documento é a diferenciação entre relatório psicológico e laudo, tendo como ponto de partida o enfoque profissional dado ao trabalho desenvolvido pela/o psicóloga/o. Com isso, a partir desta nova resolução, o relatório passa a ser utilizado quando a/o psicóloga/o pretende comunicar a sua atuação profissional em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico. Neste contexto, surgiu um novo documento intitulado relatório multiprofissional que resulta da atuação da/o psicóloga/o em contexto multiprofissional, podendo ser produzido em conjunto com profissionais de outras áreas, preservando-se a autonomia e a ética profissional das/os envolvidas/os. O laudo psicológico, por sua vez, passa a ser um documento elaborado como resultado de um processo de avaliação psicológica.

Segundo o psicólogo orientador fiscal Antônio Rogério Costa Greenhalgh (CRP-03/2012), a resolução surgiu em função dos avanços inerentes à profissão, novos campos de trabalho, seja na forma individual ou multidisciplinar, assim como as interfaces com disciplinas e saberes que passaram a caminhar em conjunto com a Psicologia e desencadearam a necessidade de criação de novos documentos psicológicos. “Houve participação das COFs, em nível nacional, para discutir dúvidas e propostas, a partir das questões que chegaram nos regionais, através de consulta das/os profissionais em busca de orientações”, pontuou Rogério. Em caso de dúvidas sobre a publicação, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) informa que a/o psicóloga/o deve consultar o Código de Ética Profissional, instrumento importante para o exercício da profissão, e as diversas normativas da Psicologia, principalmente a versão comentada sobre a resolução vigente. A COF também disponibiliza o e-mail [cof@crp03.org.br](mailto:cof@crp03.org.br).

### Conheça bem a resolução

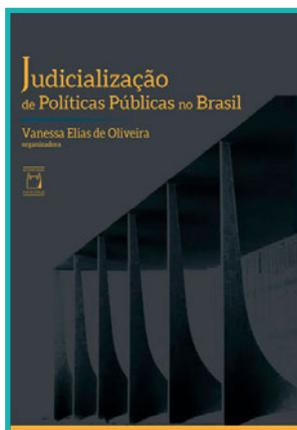
A elaboração de documentos de forma incorreta é considerada uma falta ética e a/o profissional pode responder a processo disciplinar na identificação comprovada da falta. De acordo com Rogério Greenhalgh, a comissão recebe muitas dúvidas em relação ao tema, além de representações de queixa-denúncias registradas na Comissão de Ética (COE). “Cerca de 50% das denúncias envolvem a elaboração e emissão de documentos em diferentes contextos da Psicologia” falou o psicólogo.



## Biblioteca

Confira as dicas da Biblioteca para informar-se sobre políticas públicas.

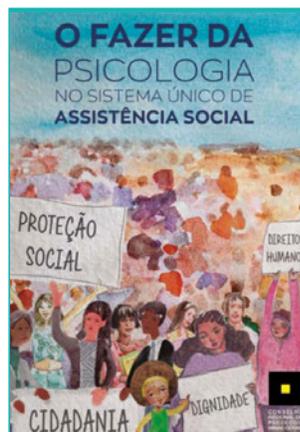
Para entrar em contato com a biblioteca, envie um e-mail para: [biblioteca@crp03.org.br](mailto:biblioteca@crp03.org.br)



OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Org.). *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019. 332 p. ISBN 978-85-7541-627-3.

O livro contém artigos de juristas e especialistas nos campos das ciências sociais e política e do direito, trazendo temas como “as bases institucionais dos processos de judicialização das políticas públicas no país, além de casos e desafios ligados à judicialização, englobando o direito à saúde e à moradia, questões de política habitacional e preservação ambiental, renda, assistência social, aborto, educação, igualdade de gênero e união homoafetiva”.

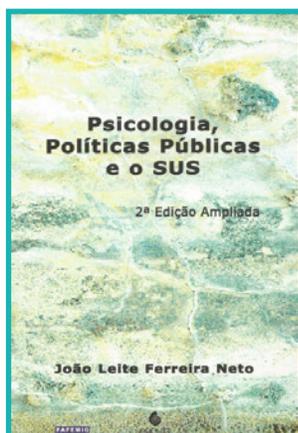
**Fonte: Portal Fiocruz**



AMORIM, Flávia Zaratini; ISABEL, Jéssica Gabriella de Souza; SAADALLAH, Márcia Mansur (Orgs.). *O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social*. Belo Horizonte: CRP-MG, 2019. 297 p. ISBN 978-85-98515-20-5.

Livro do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-04) foi resultado do “I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS”, promovido pela Comissão Metropolitana de Psicólogas(os) no SUAS do CRP-04. Traz as contribuições de psicólogas/os “dos diversos territórios de Minas Gerais sobre o fazer da Psicologia no âmbito da política de Assistência Social, fomentando uma prática profissional atenta às particularidades da atuação junto à esta política pública”.

**Fonte: CRP-04**



FERREIRA NETO, João Leite. *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. 2.ed. São Paulo: Escuta, 2017. 248 p. ISBN 978-85-7137-309-9.

A publicação traz como tema o campo de atuação da/o psicóloga/o nas políticas públicas, especialmente as do SUS. “Este livro aborda as consequências da emergência histórica desse deslocamento do trabalho da/o psicóloga/o, que se vem estabelecendo paulatinamente a partir dos anos 1980, do âmbito da atividade clínica no contexto liberal privado, para uma atuação no âmbito multifacetado das políticas públicas. Desenvolve uma análise das repercussões dessa passagem na atuação, na formação e na produção teórico conceitual em Psicologia. Três vértices compuseram o triângulo desta análise: a atuação das/os psicólogas/os, sua formação, e sua tarefa de rever conceitos e enfoques compatíveis com seus desafios”.

**Fonte: Editora Escuta**

## COMINTER: Comissão de Interiorização nas sete regiões da Bahia

A Comissão de Interiorização (COMINTER) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) se organiza em sete regiões do estado: Chapada, Extremo Sul, Oeste, Recôncavo/Sertão, Santa Cruz, São Francisco e Sudoeste. Esta Comissão se configura como um importante instrumento de gestão que tem como proposta planejar estratégias que busquem auxiliar e articular a categoria profissional em diferentes territórios na Bahia.

### CHAPADA

América Dourada, Andaraí, Baixa Grande, Barra do Mendes, Barro Alto, Boa Vista do Tupim, Bonito, Brotas de Macaúbas, Canarana, Central, Gentio de Ouro, Iaçú, Ibicoara, Ibipeba, Ibipitanga, Ibitiara, Ibititá, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itabera-ba, Itaetê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Lençóis, Macajuba, Mairi, Marcionílio Souza, Morpará, Morro do Chapéu, Mucugê, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Piritiba, Ruy Barbosa, São Gabriel, Souto Soares, Tapiramutã, Utinga e Xique-xique.

### EXTREMO SUL

Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda.

### OESTE

Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Carinhanha, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Iuiú, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Matina, Muquém do São Francisco, Palmas do Monte Alto, Paratinga, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

### RECÔNCAVO/SERTÃO

Água Fria, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Anguera, Aporá, Araçás, Araci, Aramari, Aratuípe, Barrocas, Biritinga, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Candeal, Capela do Alto Alegre, Cardeal da Silva, Castro Alves, Catu, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Conde, Coração de Maria, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Entre Rios, Esplanada, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Ichu, Inhambupe, Ipirá, Irará, Itanagra, Itatim, Jaguaripe, Lamarão, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Nova Fátima, Ouriçangas, Pé-de-Serra, Pedrão, Pintadas, Rafael Jambeiro, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Salinas da Margarida, Santa Bárbara, Santa Luz, Santa Terezinha, Santanópolis, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Domingos, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Sátiro Dias, Serra Preta, Serrinha, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Teofilândia, Terra Nova e Valente.

### SANTA CRUZ

Aiquara, Almadina, Amargosa, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Brejões, Buerarema, Cairu, Camacã, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Cravolândia, Dário Meira, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirataia, Igrapiuna, Iguai, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacarê, Itagibã, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamarí, Itape, Itapitanga, Itaquara, Itauna, Ituberá, Jaguaquara, Jiquiriçá, Jussari, Laje, Maraú, Mascote, Milagres, Mutuipe, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Itarana, Pau Brasil, Piraí do Norte, Potiraguá, Pres.Tancredo Neves, Santa Inês, Santa Luzia, São José da Vitória, São Miguel das Matas, Santa Cruz da Vitória, Teolândia, Ubaíra, Una, Uruçuca, Valença e Wenceslau Guimarães.

### SÃO FRANCISCO

Andorinha, Antônio Gonçalves, Caém, Caldeirão Grande, Campo Alegre, Campo Formoso, Capim Grosso, Casa Nova, Chapada, Filadélfia, Itiúba, Jacobina, Jaguarari, Juazeiro, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pilão Arcado, Pindobaçu, Ponto Novo, Queimadas, Quixabeira, Remanso, São José do Jacuípe, Senhor do Bonfim, Serrolândia, Sobradinho, Umburana, Várzea do Poço, Várzea da Roça e Várzea Nova.

### SUDOESTE

Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Barra do Estiva, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Boquirá, Botuporã, Brumado, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetitê, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caturama, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Firmino Alves, Guajeru, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Irajuba, Itagi, Itambê, Itapetinga, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Ituaçu, Jacaraci, Jequiê, Lafaiete Coutinho, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Brumado, Macarani, Macaúbas, Maetinga, Maiquinique, Malhada das Pedras, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Mor-tugaba, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Pindaí, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Presidente João Quadros, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras Tanhaçu, Tanque Novo, Tremedal, Urandi e Vitória da Conquista.

Para desenvolver essas estratégias, a COMINTER conta com colaboradoras/es do Conselho em diversas cidades na Coordenação dos Grupos de Trabalho de Interiorização (GTI's) e Comissões Gestoras. Saiba quem são e como entrar em contato:

## CHAPADA

### GTI Irecê

Contato: irece@crp03.org.br

Rebeca Souza Rocha (CRP-03/15424)

Hannah Carla de Jesus Bezerra (CRP-03/17951)

### GTI Jacobina

Contato: jacobina@crp03.org.br

Laisa Aquino Martins (CRP-03/007702)

Rebeca Macedo Ribeiro (CRP-03/18554)

### GTI Seabra

Contato: seabra@crp03.org.br

Juliana dos Anjos Pires Santos (CRP-03/13657)

Ianca dos Santos Souza (CRP-03/20553)

## EXTREMO SUL

### GTI de Teixeira de Freitas

Contato: teixeiradefreitas@crp03.org.br

### GTI de Porto Seguro

Contato: portoseguro@crp03.org.br

Renato Oliveira Lima (CRP-03/15141)

Antônio Gomes S. Filho (CRP-03/3557)

### GTI de Eunápolis

Contato: eunapolis@crp03.org.br

Flávia Valéria Rocha Assis (CRP-03/12934)

Caroline Rosa Campos (CRP-03/16738)

## OESTE

### GTI Barreiras

Contato: barreiras@crp03.org.br

Samantha Ricardo Gadelha (CRP-03/11258)

Juliana Alves de Souza (CRP-03/11254)

### GTI Luís Eduardo Magalhães

Contato: luiseduardomagalhaes@crp03.org.br

Lúcio Umpierre Barreto (CRP-03/19312)

Émile de Souza Dias (CRP-03/19371)

### GTI Santa Maria da Vitória

Contato: santamariadavitória@crp03.org.br

Milena de Castro e Silva (CRP-03/13888)

Cindy Ramos Santos (CRP-03/17452)

## RECÔNCAVO/SERTÃO

### Subsede Feira de Santana (75) 3024-8714

#### Comissão Gestora

Contato: feiradesantana@crp03.org.brGTI Alagoinhas

Contato: alagoinhas@crp03.org.br

Angela Maria Sousa de Jesus (CRP-03/14940)

Alessandro Caldeira (CRP-03/19917)

### GTI Santo Antônio de Jesus

Contato: santoantoniodejesus@crp03.org.br

Milena Maria da Solidade de Sousa Santos (CRP-03/12960)

Ellen Mota de Sousa (CRP-03/13585)

## SANTA CRUZ

### Escritório de Apoio em Itabuna (73) 3198-9029

#### GTI Itabuna

Contato: itabuna@crp03.org.br

Wellington Quaresma Lôbo (CRP-03/14827)

Maria Gabriely Gonçalves Souza (CRP-03/19640)

#### GTI Ilhéus

Contato: ilheus@crp03.org.br

Erica Lisboa Goes (CRP-03/19336)

Luciana Moreno Monteiro (CRP-03/6730)

## SÃO FRANCISCO

### GTI de Juazeiro

Contato: juazeiro@crp03.org.br

Jonalva Paranã de Araújo Gama (CRP-03/20499)

Wesley Heimard Leite Rodrigues (CRP-03/20784)

Jaciara França Gama (CRP-03/20737)

### GTI de Paulo Afonso

Contato: pauloafonso@crp03.org.br

## SUDOESTE

### Subsede Vitória da Conquista (77) 3422-5820

#### Comissão Gestora

Contato: vitoriaconquista@crp03.org.br

Luana Alves Ferraz (CRP-03/18920)

Karine Gusmão Almeida (CRP-03/20448)

### GTI de Guanambi

Contato: guanambi@crp03.org.br

Marta Aparecida dos Santos Mamédio (CRP-03/21582)

Larissa Fonseca de Souza (CRP-03/21168)



## Psicologia, Políticas Públicas e Pandemia: Vulnerabilidades e desigualdades sociais

Desde que os primeiros casos de Covid-19 surgiram no Brasil, os problemas sociais do País — que antecedem a pandemia — impõem desafios adicionais não só à vigilância epidemiológica, mas a todos os processos que envolvem adoção de medidas para redução das desigualdades de acesso aos sistemas de saúde, de educação, de assistência social, bem como às condições estruturais para o autocuidado. À medida que a doença avança, fica cada vez mais exposto o quão o país precisa avançar para a promoção e execução de políticas públicas, considerando as vulnerabilidades e desigualdades que estruturam a sociedade brasileira.

Especialistas no assunto vêm destacando que a situação atual apenas escancarou desafios no campo das políticas públicas que antecedem à problemática. De acordo com a conselheira e coordenadora do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621), a pandemia da Covid-19 agravou, no Brasil e no mundo, uma crise sanitária, econômica, política e social, mais intensamente vivenciada pelas populações mais pobres. Algo que, segundo Monaliza, vem demandando dos municípios, Estado e União medidas imediatas e estruturais, através de políticas públicas, que sejam contextualmente apropriadas, devido à propagação acelerada da doença e da necessidade de proteção à saúde e à vida.

“Já vínhamos de uma conjuntura que apresentava um cenário de regressão de direitos, em que as políticas públicas sofreram diversos ataques, fato que repercutiu no desmonte da seguridade

social (onde tem-se o tripé da promoção de saúde, previdência social e assistência social garantidas na Constituição Federal), a redução e extinção de bolsas de pesquisa, os cortes na educação, dentre outros. Consequências de uma reforma tributária, com a criação do Teto dos Gastos Públicos que limita o crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, através da Emenda Constitucional 95, além de reforma trabalhista e previdenciária e também de decisões de governo. O que se percebe é a desconstrução de toda uma trajetória política de garantia de direitos”, resgata Monaliza.

Neste contexto, como destaca a conselheira e coordenadora do Comissão de Saúde (ComSaúde) do CRP-03, Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427), o papel da Psicologia figura como um dos mais importantes neste cenário atual. “Isso não se limita ao âmbito da saúde, mas alcança outros contextos como a assistência social e a educação, a última exigirá um forte envolvimento da Psicologia após estabilização da crise. E em todos os âmbitos, a Psicologia como uma profissão que se compromete com as realidades sociais, os direitos humanos e a busca pela equidade; tem papel preponderante. Todavia, no campo da saúde, a necessidade de nossa ciência fica mais acentuada, pois é premente que sejam oferecidos cuidados em saúde pública, especialmente em saúde mental. Nosso papel centra-se exatamente no olhar diferenciado sobre as vulnerabilidades às quais boa parte das pessoas que utiliza os serviços públicos de saúde é submetida”, assevera Emmila.



## Atuação da/o psicóloga/o durante e pós pandemia

Com o avanço da pandemia, a adoção de novas medidas de enfrentamento aos impactos da Covid-19 — considerando as vulnerabilidades sociais — tem evidenciado, cada vez mais, o quanto necessário, central e urgente é o fortalecimento da atuação de psicólogas/os durante e pós pandemia. Para o presidente do CRP-03, Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280), é de fundamental importância a compreensão do papel da Psicologia na defesa de políticas públicas que visem a proteção das pessoas mais vulneráveis. “É urgente a compreensão da Psicologia enquanto profissão da área da saúde, o que muitas vezes parecemos esquecer. Além disso, não há dúvida sobre o necessário movimento de descobrir um jeito de produzir saúde mental fora dos quadres clínicos convencionais, defendendo, por exemplo, o fortalecimento das políticas públicas de saúde e assistência social neste momento - haja vista que, sem a defesa das políticas públicas, não há a defesa da vida”, destaca.



Neste contexto, é imprescindível olhar para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como políticas públicas vitais para enfrentar as vulnerabilidades escancaradas pela pandemia. A psicóloga, com atuação no SUAS, Thais Maria Machado Silva (CRP-03/6660), revela que muitos desafios têm sido impostos no dia a dia da/o psicóloga/o. “O SUAS, como a gente vem acompanhando, tem vivido um histórico de desmonte e precariedade de trabalho e, com a chegada da pandemia, tivemos algumas questões que colocam essas fragilidades à tona. Por um lado, a Assistência Social como política pública de Estado, serviço público essencial, que deve prestar o acesso e suporte necessário para fazer chegar os serviços, benefícios, programas e projetos às famílias que já são assistidas, e agora também para tantas outras que passarão por situação vulnerável em decorrência da pandemia. Por outro lado, estamos vivenciando diversas condições desafiadoras, impostas pela descaracterização

da Assistência Social como garantidora de direitos e pelo insuficiente investimento financeiro destinado à sua execução”, sinaliza Thais.



Foto: REUTERS/Ricardo Moraes

A psicóloga considera importante também destacar a precarização dos vínculos trabalhistas e as condições inadequadas de trabalho. “Vão desde a carência de recursos de tecnologias e equipamentos (necessários para reorganização da oferta dos serviços, como o trabalho remoto e a construção de novos fazeres e práticas no acompanhamento familiar individual e principalmente em grupos) à falta de equipamentos de proteção individual (EPI). Uma outra questão desafiadora imposta pela pandemia é a incerteza do cenário a médio e longo prazo, que torna o planejamento de trabalho bastante complexo”, acrescenta Thais.

## Racismo e vulnerabilidades no epicentro

O racismo estrutural valida desigualdades sociais e raciais, gerando obstáculos no acesso às políticas públicas entre a população negra, indígena e pobre. Para a conselheira e presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-03, Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974), o racismo e a vulnerabilidade, não só em meio à pandemia da Covid-19, devem estar no epicentro das práticas das/os psicólogas/os no interior das políticas públicas.

“Devem estar inseridas nas práticas de políticas públicas, pois o racismo estrutural também afeta na execução de diversos serviços da/o psicóloga/o que esteja executando. No SUAS, em que a população busca acesso aos serviços, de garantia de direitos e que constantemente trabalha com os diversos aspectos de vulnerabilidades do nosso país, ainda comprova que nem toda população negra e pobre consegue ter esse acesso. É importante que a/o profissional busque aprofundar de forma crítica sobre seu campo de atuação e o quanto o racismo impacta no acesso a condições básicas para a população como educação, saneamento

básico, infraestrutura, alimentação, moradia e etc.”, explica. Apesar da dificuldade de obtenção de dados relativos à pandemia de Covid-19 com recorte de cor/raça, os poucos levantamentos realizados até o fechamento desta reportagem, têm confirmado a vulnerabilidade da população negra em meio à pandemia. A informação de raça/cor das/os pacientes deve ser item obrigatório no preenchimento de formulários dos serviços públicos de saúde desde fevereiro de 2017, mas os números não estão disponíveis na maioria das secretarias de saúde do país.

Um levantamento da Agência Pública revelou que há uma morte para cada três brasileiras/os negras/os hospitalizadas/os por Covid-19, enquanto que, entre brancas/os, a proporção é de uma morte a cada 4,4 internações. Na cidade com o maior número de casos no País, São Paulo, bairros com maior concentração de negras/os têm mais óbitos pela doença. Dos dez com o maior número absoluto de mortes por coronavírus, oito têm mais negras/os que a média municipal. No que diz respeito aos povos originários, até 22 de julho deste ano, 237 indígenas morreram vítimas da Covid-19, de acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Frente à pandemia, Catiana reforça que desigualdade social e racial são fatores de risco para as populações vulneráveis na produção de sofrimento psíquico. “Quando paramos para refletir nos critérios estabelecidos para proteção à Covid-19, nos depararemos com os diversos fatores de desigualdades. A maioria da população negra e periférica que atua com o comércio informal acaba sendo impactada com as restrições, o acesso básico de auxílio emergencial não tem chegado a todos, nem toda família ou a população de rua terá acesso à aquisição de máscaras para sua prevenção. Todos

estes fatores de desigualdade social impactam diretamente na população negra que não terá as mesmas condições de acesso à saúde pública para cuidar de seu sofrimento psíquico, em decorrência do atual cenário vivenciado que tem determinado a continuidade das dinâmicas de trabalho para subsidiar as condições básicas para viver, mesmo correndo diversos riscos de contaminação”, alerta.

## Enfrentamento

A experiência atual tem imposto a necessidade de promoção e efetivação de um projeto ético e político em Psicologia para enfrentar as consequências psicológicas da pandemia da COVID-19 que leve em consideração os marcadores sociais de exclusão.

“No atual contexto, somos provocadas/os sobre a realidade social desigual, ao modelo de desenvolvimento que segrega e que produz desastres. Ao invés de reduzir, faz-se necessário o aprimoramento das políticas públicas, repensar as questões ambientais e sanitárias, avançar em pesquisas e tecnologias, ter um sistema de saúde pública abrangente, universal e de qualidade, pensar em estratégias de proteção social para as populações vulneráveis, geração de renda e economia, em uma perspectiva ambientalmente sustentável”, pondera a coordenadora do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas CREPOP-03, Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621).

Para a Coordenadora da Comissão de Saúde (COMSaúde) do CRP-03, Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427), é preciso analisar também o cenário de forma crítica e contextualizada, desenvolvendo estratégias que garantam a continuidade dos serviços oferecidos e, mais ainda, sua qualificação. “Enquanto durarem os momentos



**“Quando paramos para refletir nos critérios estabelecidos para proteção à Covid-19, nos depararemos com os diversos fatores de desigualdades.”**

Catiana Nogueira dos Santos

auges da crise, devemos lutar para que a Psicologia esteja inserida nos diferentes espaços, oferecendo os cuidados necessários à população, garantindo o acesso a direitos que têm sido negados. As populações vulneráveis têm tido dificuldades de acesso à saúde, tais dificuldades precisam ser visibilizadas e sanadas. Também é indispensável que promovamos reflexões macro, junto a gestoras/es e sociedade, sobre a importância da Psicologia como ciência reconhecida e profissão da saúde, e a necessidade de lutar para exterminar essas vulnerabilidades e fortalecer o Sistema Único de Saúde”, considera.

A psicóloga Thais Maria Machado Silva (CRP-03/6660) destaca que a busca constante pelo conhecimento técnico e político é fundamental nessa caminhada. “É preciso fortalecer a identidade da Assistência Social, enquanto política pública que é dever do Estado e direito do povo, ressaltando que um dos nossos principais objetivos, enquanto servidoras/es públicas/os, é promover autonomia e não dependência, conhecer profundamente o território que estamos atuando, compreender suas fragilidades e potencialidades, e daí planejar coletivamente (trabalhadores/ usuários e representantes governamentais) a oferta em consonância com a demanda. Ressaltar a necessidade de organização das/os trabalhadoras/es, principalmente na luta pela melhoria de condições de trabalho. Precisamos fomentar nosso compromisso social, nossa participação popular, ocupar locais de debates e construções coletivas, como fóruns, conselhos de profissão, sindicatos e espaços de controle social”.



O presidente do CRP-03, Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280) questiona sobre a necessidade de um “novo” projeto ou de tornar efetivo o projeto que vem sendo pautado, para a Psicologia, ao longo das últimas três décadas. “Cabe à Psicologia, às psicólogas e aos psicólogos, por exemplo, uma releitura intensa de nosso Código de Ética, documento magno de nossa profissão, e que nos aponta a direção de práticas sempre comprometidas com a realidade social e com a análise dos marcadores sociais que produzem distintos sofrimentos, para distintas pessoas, em distintos tempos e espaços. Compreender que as questões da saúde humana e da saúde mental permanecem as mesmas durante a pandemia

de agora, sem ponderar todas as variáveis presentes para o momento, é produzir uma Psicologia desimplicada e afastada da realidade social; uma Psicologia que muito pouco ou quase nada transforma. Se queremos (e podemos) pensar uma Psicologia para este momento, esta deve ser necessariamente uma Psicologia parceira dos povos, das pessoas em seu cotidiano de luta e sobrevivência, uma Psicologia que defenda inegociavelmente a vida, os Direitos Humanos e as Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social”, finaliza.

### Saiba mais sobre o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

*O CREPOP tem como objetivo a produção de informação qualificada para as/os profissionais e estudantes de Psicologia, visando ampliar a compreensão das políticas públicas de modo teórico/técnico, a partir da formulação de referências para atuação profissional nos diversos campos dessas políticas. Alcança também gestoras/es e outras/os atrizes e atores que atuam nelas.*

*Enquanto órgão do Sistema Conselhos de Psicologia, para além da produção de referências técnicas, que envolvem todo um ciclo de pesquisa desde o levantamento dos marcos lógicos e legais e a oferta de serviços, bem como a participação das/os profissionais de psicologia, diálogos sobre a teoria e prática; o CREPOP, especialmente o CREPOP do CRP03, vem trabalhando também enquanto recurso de gestão, acompanhando os debates e dando suporte às diversas comissões e grupos de trabalho. Nesse sentido, oferta, por exemplo: orientação sobre atuação em políticas públicas à categoria em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização; diálogo com novas/os psicólogas/os durante a cerimônia de entrega de carteiras; na relação com as Instituições de Ensino Superior (IES), realiza discussões com estudantes sobre a formação em psicologia voltada para o compromisso social da psicologia, incluindo o compromisso com os Direitos Humanos; realização de pesquisas locais (atualmente uma das nossas pesquisas é sobre o Controle Social e a participação da psicóloga baiana nestes espaços); produção de notas técnicas e orientativas; realização de eventos, tendo como marco a Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas, que na sua última edição possibilitou grande debate e produção de conhecimento.*

*O papel do CREPOP é ser instrumento de diálogo entre a categoria e sociedade com a estrutura do CRP03, na defesa de uma psicologia preocupada com as questões político-sociais, com o rigor ético-político da profissão, na defesa intransigente dos direitos humanos e das políticas públicas, visibilizando a importância da atuação das psicólogas nesses espaços.*

# Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os no campo das Políticas Públicas

## Referências Técnicas publicadas

Fonte: Site CFP

<https://site.cfp.org.br/publicacoes/referencias-tecnicas-crepop/>

- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os com Povos Tradicionais

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP\\_Povos-Tradicionais\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_Povos-Tradicionais_web.pdf)

- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os na Atenção Básica à Saúde

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP\\_atencao-Basica-2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencao-Basica-2.pdf)

- Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas/os Em Políticas Públicas De Esporte

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Esporte\\_24-setembro\\_FINAL\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Esporte_24-setembro_FINAL_WEB.pdf)

- Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas/os Nos Serviços Hospitalares Do Sus.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp\\_web1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp_web1.pdf)

## Edição Revisada:

- Referências Técnicas Para A Atuação De Psicólogas/os Em Varas De Família.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BR84-CFP--RefTec-VarasDeFamilia\\_web1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BR84-CFP--RefTec-VarasDeFamilia_web1.pdf)

- Saúde Do Trabalhador No Âmbito Da Saúde Pública: Referências Para A Atuação Da/o Psicóloga/o.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/SaudeDoTrabalhador\\_WEB\\_FINAL\\_1\\_outubro.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/SaudeDoTrabalhador_WEB_FINAL_1_outubro.pdf)

- Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogas/os Em Políticas Públicas De Álcool E Outras Drogas.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AlcooleOutras-Drogas\\_web-FINAL.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AlcooleOutras-Drogas_web-FINAL.pdf)

- Referências Técnicas Para A Atuação De Psicólogas/os Na Educação Básica.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBA-SICA\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBA-SICA_web.pdf)

- Referências Técnicas Para Atuação Das/os Psicólogas/os Em Questões Relativas A Terra.

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP\\_Relatorio\\_QuestoesTerraWeb-14.05.2019.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraWeb-14.05.2019.pdf)

- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em

Situação de Violência Sexual.

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/06/REFERENC-C-82NCIAS-TE%CC%81CNICAS-PARA-ATUAC%CC%A7A%CC%830-DE-PSICO%CC%81LOGASOS-NA-REDE-DE-PROTEC%CC%A7A%CC%830-A%CC%80S-CRIANC%CC%A7AS-E-ADOLESCENTES-EM-SITUAC%CC%A7A%CC%830-DE-VIOLE%CC%82NCIA-SEXUAL.pdf>

*Além disso, para auxiliar a categoria, o CREPOP-03 fez levantamento de materiais que orientam sobre a atuação em políticas públicas durante a pandemia da COVID-19, e está publicado no site do CRP-03, com atualizações constantes. Podendo ser acessado no link <https://www.crp03.org.br/referencias-em-politicas-publicas-relacionadas-a-pandemia-de-covid-19/>*

## Referências para atuação da/o psicóloga/o no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade

- Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

[http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes_raciais_baixa.pdf)

- RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002 - Estabelece normas de atuação para os psicólogos/os em relação ao preconceito e à discriminação racial

<http://www.crpri.org.br/site/wp-content/uploads/2016/03/resolucao2002-18.pdf>

- Desigualdade na pandemia: a realidade das favelas brasileiras <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1110>

- FALANDO SOBRE RACISMO: alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil

<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Boletim-n%C2%BA7.pdf>

- População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>

- Especial Abrasco Coronavírus – “Informação e debate qualificado são essenciais para a avaliação dos riscos e orientação de medidas a serem adotadas”

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/coronavirus-no-brasil-informacao-e-debate-qualificado-sao-essenciais-para-a-avaliacao-dos-riscos-e-orientacao-de-medidas-a-serem-adotadas/45650/>

## Lei garante Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de atenção básica

No final do ano passado, entidades da Psicologia e do Serviço Social realizaram uma intensa mobilização junto às/ aos congressistas pela aprovação da lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de atenção básica. As ações resultaram na promulgação da lei em dezembro de 2019, o que representa a possibilidade de um ensino público com mais garantias de direitos.



Pouco antes da pandemia, representantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e de outras instituições estiveram reunidas/os na Casa Civil da Presidência da República e na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), a fim de debater sobre a regulamentação da lei. Durante o encontro, as/os participantes apresentaram como sugestão a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de propor as diretrizes da regulamentação, além de garantir a implementação da lei nos estados e municípios.

## CRP-03 lança campanhas mensais com programações de lives

A fim de debater temas importantes para conhecimento da categoria, o CRP-03 tem realizado campanhas mensais com uma programação de lives para que todas e todos, em qualquer lugar do estado, possam participar das discussões. A primeira transmissão aconteceu a partir da campanha Saúde Mental de

Janeiro à Janeiro iniciada no mês de janeiro do ano de 2020 e foi seguida por outras lives, principalmente pela responsabilidade do CRP-03 em não realizar eventos presenciais, diante da pandemia do novo coronavírus. Do início do ano até final de junho, o Conselho organizou cerca de 35 transmissões com assuntos diversos como Psicologia Jurídica em tempos de pandemia, saúde mental em período de isolamento, novas políticas sobre drogas, saúde indígena, entre outros. Os vídeos ficam disponíveis no IGTV e no canal da autarquia no Youtube.



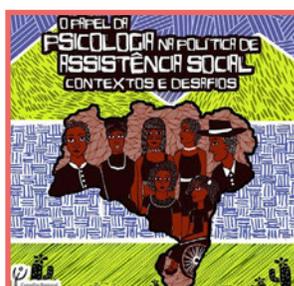
Saúde Indígena: Psicólogas/os em movimento pelo bem viver dos povos indígenas.

Abril 2020



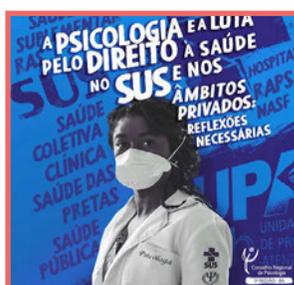
Saúde mental: Direitos Humanos pelas liberdades.

Mai 2020



O papel da Psicologia na Política de Assistência Social: Contextos e desafios

Junho 2020

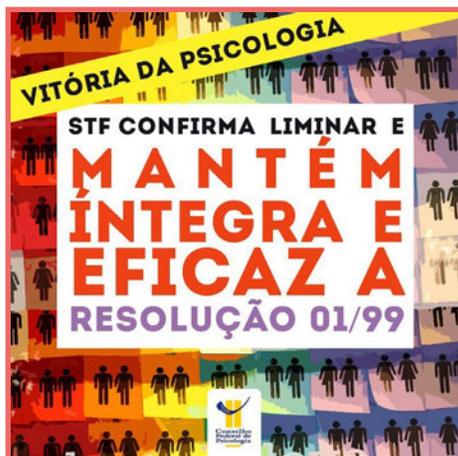


A Psicologia e a Luta pelo Direito à Saúde no SUS e nos Âmbitos Privados.

Julho 2020

## STF extingue ação contra Resolução 01/99

Em janeiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu uma ação popular movida por um grupo de psicólogas/os defensoras/es do uso de terapias de reversão sexual, contra a Resolução CFP N° 01/1999. A resolução que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da Orientação Sexual está validada em todo território nacional, o que representa mais uma vitória da Psicologia.



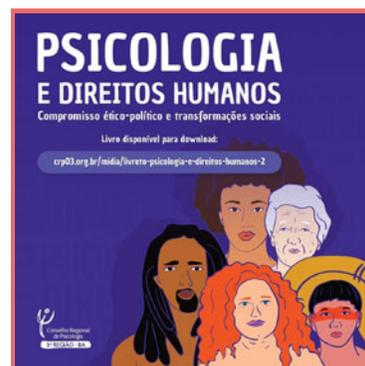
## CRP-03 nas redes sociais

As notícias do CRP-03 podem ser acompanhadas também pelas redes sociais. Quem quiser ficar por dentro das ações da autarquia também pode dar uma olhada nos perfis que o Conselho possui no Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter. Além disso, o regional também tem um canal no Youtube com vídeos de eventos e lives já realizados.



## Conselho disponibiliza livro sobre Direitos Humanos

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), através da Comissão de Direitos Humanos, produziu o livro Psicologia e Direitos Humanos: compromisso ético político e transformações sociais. A publicação é fruto da 3ª edição do Curso de Direitos Humanos, promovido pelo regional, que aconteceu em agosto de 2019, no mês das Psicologias. Com intuito de expandir o debate sobre essa temática, o documento reúne todos os resumos das discussões que aconteceram durante dois dias de evento, com falas sobre laicidade, sexualidades e identidades de gênero, racismo, territorialidades, pessoas com deficiência, entre outros.



Para fazer o download gratuito do livro e de outros materiais do Conselho, acesse <https://www.crp03.org.br/>, Comunicação e por fim clique em Publicações.

## CRP-03 na mídia

Representado em diversos espaços, o CRP-03 esteve presente de forma constante na mídia baiana. Conselheiras/os e psicólogas/os convidadas/os participaram de programas de televisão, rádio, entrevistas de jornais impressos e sites de notícias. Violência psicológica, adoção, saúde mental da população LGBTI, serviços de Psicologia em tempos de COVID-19 foram alguns dos temas em debate. Os vídeos dos programas podem ser vistos no canal do Conselho, no Youtube, crp03vídeos.



## CRP-03 organiza seminário on-line com temática LGBTI



No mês de junho, o CRP-03 promoveu o primeiro seminário on-line da instituição. A proposta da atividade foi construir um espaço de discussão sobre pessoas LGBTI's na interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidades, com atravessamento ao momento de pandemia. Transmitido pelo Facebook e Youtube, o evento contou com mesas temáticas traduzidas em libras e certificados para as/os participantes. Organizado pela Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) e Comissão Direitos Humanos (CDH), o seminário fez parte das ações de comemoração ao Dia do Orgulho LGBTI, 28 de junho.



## CRP-03 frente à pandemia do novo coronavírus

Desde o final de março, o Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) vem acompanhando as mudanças causadas pela pandemia do novo coronavírus no estado e, a partir disso, segue na busca de encaminhamentos para orientar a categoria neste momento.

## Funcionamento

Como medida de combate ao coronavírus, o CRP-03 decidiu suspender o atendimento presencial na sede, subsedes e escritório de apoio. As/os servidoras/es seguem trabalhando, porém de forma remota, para proteger a equipe e a categoria. O atendimento segue unicamente por e-mail. Confira os contatos:

### Informações sobre registro profissional:

atende@crp03.org.br

### Informações sobre boletos e anuidades:

financeiro3@crp03.org.br

### Informações sobre atendimento on-line:

ctpsi@crp03.org.br

### Dúvidas sobre exercício profissional ou denúncias:

cof@crp03.org.br

## Carteiras de Identidade Profissional

Com o atendimento presencial suspenso em diversos CRs, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma resolução para procedimentos de inscrição. As solicitações estão sendo feitas somente por e-mail e as carteiras profissionais foram substituídas por declarações que são enviadas pelo atendimento. Neste momento, as inscrições secundárias e transferências estão suspensas, mas a/o psicóloga/o pode exercer a profissão em todo o território nacional. O requerimento, a lista de documentos e outras informações podem ser encontrados no site do CRP.

## Atendimento On-line

Diante do aumento da demanda pelo atendimento on-line, o CRP-03 reuniu algumas informações importantes para a categoria. Em março, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução nº 004/2020 que regulamenta a prestação de serviços psicológicos através de meios de tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

### Para isso, a/o profissional precisa:

1. Conhecer e cumprir Código de Ética Profissional;
2. Ter cadastro na plataforma e-Psi junto ao respectivo Conselho Regional de Psicologia – CRP;
3. A/O psicóloga/o deverá manter o próprio cadastro atualizado;
4. A/O psicóloga/o poderá prestar serviços psicológicos por meios de Tecnologia da Informação e da Comunicação até emissão de parecer do respectivo CRP.

## Lives informativas

Por conta das dúvidas que foram surgindo a respeito do funcionamento da autarquia e de questões relacionadas à profissão de psicóloga/o, o CRP-03 promoveu uma série de lives para dar retorno às/aos profissionais. Boa parte dos vídeos podem ser vistos no IGTV ou canal do Youtube do Conselho, com os temas educação a distância, relações familiares, reestruturação de trabalho, questões éticas, entre outros, relacionados à pandemia.

## CREPOP realiza levantamento para oferecer orientações estratégicas à categoria

Com o objetivo de reunir dados sobre as implicações de saúde mental da população frente à pandemia da COVID-19, além de compreender as percepções das/os psicólogas/os em relação ao enfrentamento à doença, o CRP-03, através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) realizou um levantamento categoria e sociedade civil. Os resultados vão contribuir para a promoção de orientações para as/os profissionais do estado e possibilitar a qualificação dos serviços de Psicologia oferecidos à sociedade. As informações sobre o levantamento serão divulgadas em breve.

## CRP-03 disponibiliza notas de orientação para atuação profissional

O CRP-03 publicou nas redes sociais e no seu site, algumas notas para orientar a atuação da categoria nas diferentes áreas da Psicologia. O Conselho Federal de Psicologia também disponibilizou materiais neste sentido. Os temas são atuação no sistema prisional, sistema socioeducativo, Políticas de Saúde e de Assistência Social, comunicação de óbito por psicólogas/os, entre outros assuntos. Os textos podem ser acessados nos sites do regional e do federal.

## Valorização da profissão

Atenta ao momento de pandemia e às mudanças em relação ao trabalho da/o psicóloga/o, a atual gestão do CRP-03 realizou algumas ações importantes no que diz respeito à valorização da/o profissional diante deste contexto:

**1.** Solicitou, via ofício, que todas as operadoras de plano de saúde da Bahia considerem a remuneração das atividades das/os psicólogas/os que se encontram em situação de isolamento, conforme orientação das autoridades sanitárias estaduais e municipais, mas que seguem prestando serviços psicológicos em caráter remoto (on-line);

**2.** Conselho e Sindicato das/os Psicólogas/os da Bahia (SINPSI-BA) enviaram uma Carta Conjunta às/aos gestoras/es com orientações sobre oferecimento de serviços de Psicologia valorizando a profissão de psicóloga/o. O documento alerta para o papel do poder público municipal, estadual e federal nos processos de estruturação dos serviços de atendimento e suporte remotos, neste momento de crise e adversidades ocasionadas pelo avanço da doença no Brasil. A Carta Conjunta chama atenção para ampliação dos serviços psicológicos, através da prática profissional remunerada, no âmbito do poder público;

**3.** Emitiu alerta às/aos profissionais que se encontram nas suas práticas sem EPI's (equipamentos de proteção individual) que procurem o Sindicato;

**4.** Protocolou denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal em relação à escassez da disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

**5.** Oficiou o Ministério da Saúde para minimizar dúvidas sobre a Portaria 639/2020 e foi informado que a Portaria não tem caráter de recrutamento, não obriga que sejam feitos os cadastramentos, nem enviados os dados de profissionais por parte dos Conselhos Profissionais e que se houvesse necessidade de recrutamento para atuação profissional seria de forma remunerada;

**6.** Publicou um alerta sobre a MP 936/2020 que prevê a redução da jornada de trabalho e dos salários em até 70% ou da suspensão temporária do contrato, com uma compensação paga pelo governo;

**7.** Participou de coletiva juntamente com outros Conselhos e Sindicatos para discutir sobre a situação de vulnerabilidade das/os profissionais de saúde e as medidas de proteção para esta categoria;

**8.** Participou do Comitê contra a COVID-19 para dialogar com a Secretaria de Saúde sobre assuntos relacionados às condições das/os trabalhadoras/es da saúde, diante da linha de frente no contexto da pandemia;

**9.** Após o recebimento de queixas e denúncias a respeito da plataforma que oferecia serviços voluntários em Psicologia, a Psiu Acolhimento, o CRP-03 e SINPSI-BA sinalizaram à Prefeitura Municipal de Salvador sobre a importância do exercício remunerado da profissão, o que levou o órgão a retirar o apoio institucional à plataforma;

**10.** Entrou com uma ação judicial contra a Portaria Nº 544/2020, do Ministério da Educação (MEC) que dispõe acerca da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus.

# CONHEÇA O XVI PLENÁRIO DO CRP-03



**PRESIDENTE**  
RENAN VIEIRA DE SANTANA  
ROCHA (CRP-03/11280)



**VICE-PRESIDENTA**  
IARA MARIA ALVES DA CRUZ  
MARTINS (CRP-03/10210)



**TESOUREIRO**  
MAILSON SANTOS PEREIRA  
(CRP-03/7767)  
Coordena a Comissão  
de Título de Especialista:  
comespecialista@crp03.org.br



**SECRETÁRIA**  
EMMILA DI PAULA CARVALHO  
DOS SANTOS (CRP-03/5427)  
Coordena a Comissão de Saúde:  
saude@crp03.org.br



**ADELVAN ALCÂNTARA  
LIMA FILHO (CRP-03/12187)**  
Coordena a Comissão  
de Formação:  
comform@crp03.org.br



**ÁLVARO PINTO PALHA  
JUNIOR (CRP-03/17376)**



**ANA CAROLINE MOURA  
CABRAL (CRP-03/5541)**  
Coordena a Comissão  
de Interiorização:  
cominterior@crp03org.br



**ANDERSON FONTES PASSOS  
GUIMARÃES (CRP-03/6680)**  
Vice-presidente da  
Comissão de Ética:  
coe@crp03.org.br



**ATANAEL RIBEIRO DA  
SILVA WEBER (CRP-03/13293)**  
Coordena a Comissão de Cadastro de  
Psicólogos/os para atendimento online:  
ccrcs@crp03.org.br



**CAROLINA DA PURIFICAÇÃO  
FONSECA (CRP-03/12600)**  
Coordena a Comissão de Psicologia  
Organizacional do Trabalho:  
compt@crp03.org.br



**CATIANA NOGUEIRA  
DOS SANTOS (CRP-03/10974)**  
Presidenta da Comissão de  
Orientação e Fiscalização:  
cof@crp03.org.br  
Coordena a Comissão de  
Licitação: licitacao@crp03.org.br



**EURISA MARIA DE  
SANTANA (CRP-03/835)**



**EZEVALDO AQUINO DOS SANTOS (CRP-03/9946)**  
 Presidente da  
 Comissão de Ética:  
 coe@crp03.org.br



**GABRIELA MATOS BORGES (CRP-03/8947)**



**IVANA VENTURA DA SILVA (CRP-03/3494)**



**JAQUELINE ANJOS SILVA (CRP-03/8481)**



**JACILÂNIA RODRIGUES BARROS (CRP-03/5665)**



**JOSÉ COSTA DOS SANTOS (CRP-03/7479)**  
 Coordena a Comissão de  
 Auditoria e Controle Interno:  
 cac@crp03.org.br



**LEÍSA MENDES DE SOUSA (CRP-03/3977)**



**MONALIZA CIRINO DE OLIVEIRA (CRP-03/9621)**  
 Coordena o Centro de Referências  
 Técnicas em Psicologia e  
 Políticas Públicas:  
 crepop03@crp03.org.br



**ROGÉRIO DA SILVA ABÍLIO (CRP-03/3208)**  
 Coordena a Comissão de  
 Mobilidade Humana e Trânsito:  
 comht@crp03.org.br



**VANINA MIRANDA DA CRUZ (CRP-03/3228)**  
 Coordena a Comissão de Mulheres e  
 Relações de Gênero:  
 comreg@crp03.org.br



**REGIANE LACERDA SANTOS (CRP-03/11508)**  
 Coordena a Comissão  
 de Políticas Públicas:  
 comp@crp03.org.br



**WASHINGTON LUAN GONÇALVES DE OLIVEIRA (CRP-03/18055)**  
 Coordena a Comissão de  
 Psicologia e Comunicação:  
 compc@crp03.org.br  
 Coordena a Comissão de  
 Direitos Humanos:  
 comdh@crp03.org.br



**WENDELL SANTANA FERREIRA (CRP-03/12901)**

27 DE AGOSTO

# PSICÓLOGA VO, PARABÉNS PELO SEU DIA!

